



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Órgão Oficial do Município

Dia 09 de Maio de 2019

Lei nº 661 de 09 de abril de 2007

Ano XIII

Nº 1652



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
MONTE CARMELO  
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI COMPLEMENTAR Nº 55, DE 08 DE MAIO DE 2019.

“ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 46, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017 – CÓDIGO DE OBRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVA** a seguinte Lei:

**Art. 1º.** O art. 2º da Lei Complementar 46, de 06 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º.** Qualquer construção, reforma e/ou ampliação de imóveis efetuada por particulares ou entidades públicas somente poderá ser executada após a concessão do Alvará de Construção pelo Município de Monte Carmelo-MG, excetuando-se os casos previstos nesta Lei Complementar.

**Parágrafo único.** O Alvará de Construção será concedido mediante requerimento (FORMULÁRIO PADRÃO 02 – ANEXO IV), que deverá estar acompanhado da documentação relacionada no Item 1 do Anexo I, parte integrante e complementar desta Lei Municipal, e após análise e aprovação dos projetos pelo órgão responsável pelo planejamento urbano.”

**Art. 2º.** O art. 3º da Lei Complementar 46, de 06 de dezembro de 2017, passa a vigorar com alterações nos parágrafos 2º e 3º e acrescido dos parágrafos 4º, 5º e 6º, os quais terão a seguinte redação:

“§ 2º. O valor informado pelo proprietário será aferido de acordo com o padrão da obra, tendo como base 60% (sessenta por cento) dos valores por metro quadrado, de cada padrão, calculados conforme os critérios do CUB/m² do SINDUSCON-MG, tendo como referência sempre o mês de agosto de cada ano, sendo que esses índices

serão atualizados anualmente pelo órgão competente da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo-MG, adotando a publicação de referência do CUB/m² do SINDUSCON-MG.

§ 3º. A aferição de que trata o § 2º será calculada pela seguinte fórmula:

$$VO/m^2 = \left( \frac{VO_{inf}}{AC_{m^2}} \right) \times (60\% \times CUB/m^2(P)) \geq CUB/m^2(P)$$

Onde:

VO/m² → valor da obra por metro quadrado;

VO<sub>inf</sub> → valor da obra informado pelo responsável técnico;

AC<sub>m²</sub> → área construída em metros quadrados;

CUB/m²(P) → valor do custo unitário básico para o padrão construtivo informado pelo responsável técnico.

§ 4º. Quando se tratar de requerimento de Alvará de Construção para obras que sejam objeto de financiamento habitacional na modalidade aquisição e construção através do ‘Programa Minha Casa Minha Vida’, desde que comprovada por meio de cópia do contrato de financiamento, o valor a ser informado conforme o *caput* deste artigo será aferido de acordo com o padrão da obra tendo como base 42,50% (quarenta e dois e meio por cento) dos valores por metro quadrado, de cada padrão, calculados conforme os critérios do CUB/m² do SINDUSCON-MG, tendo como referência sempre o mês de agosto de cada ano, sendo que esses índices serão atualizados anualmente pelo órgão competente da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo-MG, adotando a publicação de referência do CUB/m² do SINDUSCON-MG.

§ 5º. Quando se tratar de requerimento de Alvará de Regularização para edificações existentes com idade superior a 05 (cinco) anos, comprovada através de cópia de faturas Água/Esgoto, Energia Elétrica ou outro documento similar com validade

legal, o valor a ser informado conforme o *caput* deste artigo será aferido de acordo com o padrão da obra, conforme os critérios do CUB/m² do SINDUSCON-MG, calculado pela fórmula que determina o coeficiente de depreciação (*K<sub>a</sub>*) de imóveis utilizando o Método da Linha Reta (Variante), multiplicada pelo valor de 60% (sessenta por cento) do valor do CUB/m² do padrão de obra informado, conforme segue:

$$V_{EDIF} = (60\% \times CUB/m^2(P)) \times \left\{ 1 - \left[ \frac{(i - 5)}{5} \times 7\% \right] \right\}$$

Onde:

V<sub>EDIF</sub> → valor da edificação;

CUB/m²(P) → valor do custo unitário básico para o padrão informado pelo responsável técnico;

i → idade real da edificação;

5 → idade a partir da qual a edificação não é considerada obra nova;

7% → depreciação do imóvel durante o intervalo de 05 (cinco) anos.

§ 6º. Quando se tratar de requerimento de Alvará de Reforma para edificações existentes com idade superior a 05 (cinco) anos, comprovada através de cópia de faturas de Água/Esgoto, Energia Elétrica ou outro documento similar com validade legal e que a área já tenha Alvará de Habite-se e for objeto de reforma, o valor a ser informado conforme o *caput* deste artigo será aferido de acordo com o padrão da obra, conforme os critérios do CUB/m² do SINDUSCON-MG, calculado pela fórmula que determina a depreciação (*D*) de imóveis, utilizando o Método da Linha Reta (Variante) multiplicado pelo valor de 60% (sessenta por cento) do valor do CUB/m² do padrão de obra informado, conforme segue:

$$V_{OREF} = (60\% \times CUB/m^2(P)) \times \left[ \frac{(i - 5)}{5} \times 7\% \right]$$

Onde:

V<sub>OREF</sub> → valor da obra na área de reforma;

CUB/m²(P) → valor do custo unitário básico para o padrão informado pelo responsável técnico;

i → idade real da edificação;

5 → idade a partir da qual a edificação não é considerada obra nova;

7% → depreciação do imóvel durante o intervalo de 05 (cinco) anos.”

**Art. 3º.** Fica incluído o Capítulo I-A no Título II, contendo os Arts. 10-A, 10-B e 10-C, com a seguinte redação:

“CAPÍTULO I-A – DO ALVARÁ DE DEMOLIÇÃO

**Art. 10-A.** Qualquer demolição de imóveis a ser efetuada por particulares ou entidades públicas somente poderá ser executada após a concessão do Alvará de Demolição pelo Município de Monte Carmelo-MG, excetuando-se os casos previstos nesta Lei Complementar.

**Parágrafo único.** O Alvará de Demolição será concedido mediante requerimento (FORMULÁRIO PADRÃO 05 – ANEXO IV) que deverá estar acompanhado da documentação relacionada no Item 6 do Anexo I, parte integrante e complementar desta Lei Municipal, e após análise e aprovação dos projetos pelo órgão responsável pelo planejamento urbano.

**Art. 10-B.** Na Zona Central de Monte Carmelo somente será autorizada a demolição voluntária de imóveis com a emissão do Alvará de Demolição nos locais onde já tenham sido aprovados os projetos de construção nova, em substituição à demolida, e desde que o início da construção seja imediato.



§ 1º. Para que fique comprovado o atendimento ao *caput* deste artigo, o requerente deverá juntar ao processo de requerimento de Alvará de Demolição a cópia do Alvará de Construção emitido para o local em questão.

§ 2º. Está dispensado da exigência do *caput* deste artigo todo imóvel localizado na Zona Central de Monte Carmelo que, por declaração expressa do Setor de Endemias, representar risco à saúde pública, tendo em vista a proliferação de vetores nocivos, e/ou por declaração expressa da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos apresentar risco iminente de ruína e consequente prejuízo à segurança pública.

§ 3º. Para que fiquem comprovadas as situações referidas no § 2º, o requerente deverá obter, junto ao Setor de Endemias e/ou a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, declaração formal na qual deverá constar a consolidação dos fatos que corroboram seu pedido, bem como um relatório fotográfico do imóvel objeto da solicitação de Alvará de Demolição.

§ 4º. Entende-se por Zona Central de Monte Carmelo, para efeitos desta Lei Complementar, os imóveis localizados na área correspondente a 297.811,73m² (duzentos e noventa e sete mil oitocentos e onze metros quadrados e setenta e três decímetros), conforme a descrição de perímetro a seguir: Inicia-se a descrição do perímetro no encontro da Rua Engenheiro Heládio Simões com a Avenida Romualdo Resende; deste segue pela Avenida Romualdo Resende até a Rua Tito Fulgêncio; daí segue por esta até encontrar a Rua Osvaldo Cruz; daí segue por esta até encontrar a Avenida dos Mundins; daí segue por esta até encontrar a Rua Tiradentes; daí segue por esta até encontrar a Rua Padre; daí segue por esta até

encontrar a Praça Celso Bueno; daí segue por esta até encontrar a Rua Dona Sindá; daí segue por esta até encontrar a Rua Rui Barbosa; daí segue por esta até encontrar a Avenida Engenheiro Heládio Simões, até o ponto inicial da descrição deste perímetro, conforme mapa do Anexo V.

**Art. 10-C.** Após o término da demolição, se o proprietário do lote não for edificar nova construção, deverá providenciar o cercamento e a construção das calçadas públicas nas fachadas que fazem divisa com os logradouros públicos, em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 42, de 19 de abril de 2017, conforme os prazos fixados na mesma, sob pena de aplicação das sanções previstas no referido diploma legal.”

**Art. 4º.** Os incisos I e II do art. 15 da Lei Complementar nº 46, de 06 de dezembro de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

“I - Taxa de ocupação máxima de 90% (noventa por cento) da área do lote, sendo o referido percentual calculado pela seguinte fórmula:

$$TO = \frac{A_c}{A_t} \times 100\%$$

Onde:

TO → taxa de ocupação;

A<sub>c</sub> → área de projeção da construção;

A<sub>t</sub> → área do terreno.

**I.** As condições da absorção das águas pluviais nos lotes deverão ser preservadas, com a manutenção de no mínimo 10% (dez por cento) da sua área, livre de

impermeabilização e construções, sendo o referido percentual calculado pela seguinte fórmula:

$$TP = \frac{A_{lic}}{A_t} \times 100\%$$

Onde:

TP → taxa de permeabilidade;

A<sub>lic</sub> → área livre de impermeabilização e construções;

A<sub>t</sub> → área do terreno .

**Art. 5º.** O artigo 16 da Lei Complementar nº 46, de 06 de dezembro de 2017, passa a vigorar acrescido dos parágrafos 1º e 2º, com a seguinte redação:

“§ 1º. As construções existentes que estejam requerendo Alvará de Reforma ou passando por processo de regularização, e que por motivo técnico devidamente comprovado por Laudo Técnico assinado por profissional legalmente habilitado, acompanhado de ART/RRT, não sejam passíveis de atender algum requisito dos índices urbanísticos ou outra exigência da presente Lei Municipal, poderão ter seus

pedidos deferidos através de deliberação por parte do Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.”

“§2º. O Laudo Técnico de que trata o §1º deverá ser elaborado conforme o modelo constante no FORMULÁRIO PADRÃO 01 – ANEXO IV desta Lei.”

**Art. 6º.** Fica incluído o Capítulo VII no Título II, contendo os artigos 38-A, 38-B, 38-C, 38-D, 38-E, 38-F, 38-G e 38-H, com a seguinte redação:

#### “CAPÍTULO VII – DO ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

**Art. 38-A.** Ao empreendedor é obrigatória a apresentação do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EPIV) ao Executivo Municipal, como pré-requisito para concessão de licença e/ou Alvará de Construção aos empreendimentos e atividades econômicas de impacto, públicas ou por operações consorciadas no Município de Monte Carmelo.

**Art. 38-B.** Para efeito desta Lei Complementar considera-se “empreendimentos ou atividades econômicas de impacto”:

I - Indústrias em geral;

II - Torneadoras, serralherias, serrarias, madeiras, cerâmicas ou similares;

III. Os heliportos e aeroportos;

IV - Postos de combustível;

V - Outros empreendimentos sujeitos ao EPIV (Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança), conforme entendimento motivado da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

**Art. 38-C.** Para elaboração do EPIV (Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança) serão observados efeitos negativos e positivos do empreendimento ou da atividade econômica, considerando a qualidade de vida dos moradores residentes na área do empreendimento e nas suas proximidades, analisados os seguintes fatores:

I - Adensamento populacional;

II - As alterações no assentamento da população e garantia de seu direito à cidade;

III - A geração de ruídos;

IV - Os equipamentos urbanos e comunitários e a necessidade de construção de novos;

V - A infraestrutura urbana instalada, especialmente a drenagem, o abastecimento de água, o esgotamento e tratamento sanitário, a capacidade instalada de energia e iluminação pública;

VI - O sistema viário instalado, a alteração e a geração de tráfego e o aumento na demanda por transportes públicos;

VII - A valorização ou desvalorização imobiliária e suas implicações no desenvolvimento econômico da cidade;

VIII - A ventilação e a iluminação das novas construções e das construções vizinhas;

IX - A paisagem urbana e o patrimônio histórico, natural e cultural existente no Município.

**Art. 38-D.** O Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EPIV) deverá conter, obrigatoriamente:

I - Caracterização do empreendimento:

a) localização geográfica;

b) histórico da situação do local onde será implantado o empreendimento ou atividade;

c) objetivos e justificativa do empreendimento;

d) descrição da ação pretendida e alternativas tecnológicas utilizadas e consideradas no estudo para prevenir, compensar, corrigir e mitigar os impactos econômicos e sociais advindos da implantação do empreendimento;

e) diagnóstico socioambiental;

f) compatibilização das obras do empreendimento com planos e programas governamentais e implantação na área de influência do projeto;

g) compatibilidade com a legislação vigente de uso e ocupação do solo;

h) comparação dos impactos do empreendimento confrontando com a hipótese de não execução;

i) a aplicação de instrumentos previstos no estatuto da cidade com e sem o empreendimento;

j) impactos adversos que não poderão ser evitados e as medidas compensatórias.



## ANEXO V – MAPA DA ZONA CENTRAL DE MONTE CARMELO



### PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO ESTADO DE MINAS GERAIS



**EXTRATO DE TERMO ADITIVO – 2º (Segundo)** Termo Aditivo ao convênio 01/2017 que entre si celebram o Município de Monte Carmelo e a Universidade Federal de Uberlândia, Unidade de Monte Carmelo, inscrita no CNPJ sob o nº 256.483.870/0001-18, com sede na Avenida João Naves de Ávila, nº 2.121, Bairro Santa Maria, Município de Uberlândia/MG, CEP: 38.400-902, para fins de prorrogação da vigência do Convênio nº 01/2017 por 12 (doze) meses, cujo objeto é a cessão de imóvel com todas as suas instalações e infraestrutura, de propriedade do SESI – Serviço Social da Indústria de Minas Gerais, situado na Avenida Goiás, nº 2000, Bairro Vila Nova, nesta cidade. Vigência: 14 de janeiro de 2019 a 13 de janeiro de 2020.



### PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG, EXTRATO DE CONTRATO, CREDENCIAMENTO – Nº 02/2019, PROCESSO 17/2019. Objeto:** Refere-se à Processo de Seleção e Credenciamento de Empresas Especializadas, para Prestação de Serviços Médicos solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde, para atender as necessidades do Município de Monte Carmelo - MG. **Vigência:** Até 31/12/2019. **Partes:** Município de Monte Carmelo-MG. **Empresa:** Contrato nº 32/2019 – Lucas Fernando Nunes Gonçalves ME, CNPJ: 32.578.652/0001-02; Item 01: R\$ 84,60 valor/hora trabalhada. **Data:** 06/05/2019. Paulo Rodrigues Rocha. Secretário Municipal da Fazenda. **AVISO DE RATIFICAÇÃO:** O Secretário Municipal de Fazenda torna pública a Ratificação do Processo nº 17/2019, modalidade Credenciamento nº 02/2019, em favor da Empresa: Lucas Fernando Nunes Gonçalves ME. **Data:** 06/05/2019. Paulo Rodrigues Rocha – Secretário Municipal de Fazenda. Monte Carmelo, 06 de maio de 2019.



### PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO - MG, EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 10/2017, Dispensa nº 03/2017 Processo 17/2017. Contratante:** Município de Monte Carmelo. **Contratado:** Roberto Queiroz Mundim, CPF: 326.142.846-53. **Objeto:** Rescisão de Contrato Administrativo, com fundamento no art. 79, I, da Lei 8.666/93. **Data:** 30/04/2019. Monte Carmelo, 30 de abril de 2019. Paulo Rodrigues Rocha. Secretário Municipal de Fazenda.



### PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO.** Extrato de Termo Aditivo – Contrato nº 02/2017, Modalidade: Inexigibilidade nº 02/2017, Processo nº 02/2017. Publicado no Diário Oficial do Município dia 20/11/2018. Onde se lê, Extrato do Segundo Termo Aditivo; Lê se, Extrato do Terceiro Termo Aditivo. Paulo Rodrigues Rocha – Secretário Municipal de Fazenda.

#### EXPEDIENTE

#### DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

[ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO](#)

[RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA](#)

[TELEFONE: \(34\)3842-5880 - RAMAL 228](#)

[ACESSE: \[www.montecarmelo.mg.gov.br\]\(http://www.montecarmelo.mg.gov.br\)](#)

II - Caracterização da vizinhança, do bairro e da cidade no período da apresentação do EPIV (Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança) e as alterações previstas com a realização do empreendimento, considerando:

- a) as características demográficas com dados de crescimento e distribuição da população;
- b) as características socioeconômicas, históricas e culturais;
- c) a infraestrutura, os equipamentos urbanos e comunitários existentes;
- d) a comunidade local e os fatores de agregação social e as atividades econômicas exercidas;
- e) uso e ocupação do solo e condições de habitabilidade;
- f) a infraestrutura e os equipamentos urbanos previstos durante e após a realização do empreendimento;
- g) o fator de alteração da saúde da população.

III - Avaliação do impacto do projeto, considerando:

- a) a qualidade de vida atual e futura dos moradores;
- b) a qualidade urbanística e ambiental e suas alterações;
- c) as condições de deslocamento, acessibilidade, demanda por sistema viário e transportes coletivos;
- d) a geração e intensificação de polos de tráfego;
- e) A perda de território para o Município e as consequências para aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade;
- f) A perda de identidade para a população atingida quando houverem deslocamentos populacionais forçados;
- g) A valorização ou desvalorização imobiliária decorrente do empreendimento ou atividade;
- h) Os sistemas de abastecimento de redes de água e de esgoto e as necessidades de sua ampliação;

i) A sobrecarga da infraestrutura urbana e dos meios e equipamentos de consumo coletivo;

j) A análise dos impactos e alternativas de uso do solo discriminando o ônus e benefícios sociais.

IV - Série de entrevistas realizadas com os moradores atuais da região imediata impactada pelo empreendimento, sendo todas registradas por escrito, devendo conter as assinaturas e os dados pessoais de cada morador;

**Art. 38-E.** Definição do Programa de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos indicando medidas preventivas, compensatórias, corretivas, mitigadoras e a metodologia e parâmetros a serem adotados, bem como os prazos de execução;

**Art. 38-F.** A elaboração do EPIV (Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança) não substitui a elaboração e aprovação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), requerido nos termos da legislação ambiental.

**Art. 38-G.** O Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EPIV) será apresentado, junto com o Projeto, à Comissão de Análise e Aprovação do Parcelamento do Solo (CTAAPS) para análise.

**Art. 38-H.** Para atendimento ao disposto no Art. 38-A fica determinada como área de impacto imediata dos empreendimentos de impacto, a região compreendida dentro de um raio de 75,00 m (setenta e cinco metros), medida a partir do eixo do empreendimento, e como área de impacto mediata, a região compreendida dentro de um raio partindo de 75,00 m (setenta e cinco metros) até 100,00 m (cem metros), medida a partir do eixo do empreendimento.

**Parágrafo Único.** Os levantamentos para efeito de elaboração do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EPIV) deverão contemplar a abrangência especificada no Art. 38-H."

**Art. 7º.** Fica incluído o Art. 83-A e parágrafo único, com a seguinte redação:

**"Art. 83-A.** Comprovada a impossibilidade em adequar as edificações não residenciais às exigências previstas na legislação para fins de garantia de acessibilidade, o caso será levado à apreciação da Comissão Municipal de Habitação para deliberação, que deverá considerar, dentre outras, a época da construção, as condições estruturais, a dimensão do imóvel e demais peculiaridades.

§ 1º. A impossibilidade técnica deverá ser comprovada por meio de relatório circunstanciado elaborado por profissional devidamente habilitado, instruído com ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica);

§ 2º. Todos os imóveis tombados pelo Poder Público terão seu Alvará de Funcionamento independentemente de questões técnicas, devendo ser executadas as obras de acessibilidade dentro das limitações do prédio ou imóvel."

**Art. 8º.** O Art. 134 da Lei Complementar nº 46, de 06 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 134.** Em terrenos de esquina a concordância dos muros que fazem divisa com as vias públicas deverá ser executada de forma chanfrada, respeitando as dimensões mínimas do croqui do Anexo VI."

**Art. 9º.** Fica incluído o Capítulo III no Título V, contendo os artigos 134-A, 134-B, 134-C, 134-D e 134-E, os quais terão a seguinte redação:

#### **"CAPÍTULO III – DAS CAÇAMBAS, DOS CONTAINERS DE OBRA E DO ARMAZENAMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO**

**Art. 134-A.** As caçambas e containers de obra dispostos em via pública deverão estar posicionados no leito do logradouro, no espaço destinado ao estacionamento de veículos.

**Parágrafo Único.** Em hipótese de não ser possível posicionar a caçamba ou container no espaço destinado ao estacionamento de veículos, por conta da rua ou avenida não ter largura que comporte o trânsito e a caçamba ou container, será admitido o posicionamento em parte da calçada, de forma que não impeça o trânsito de pedestres.

**Art. 134-B.** As caçambas e containers de obra deverão ter sinalização reflexiva em cada uma de suas faces laterais, composta por duas tarjas de 10 cm (dez centímetros) de altura x 20 cm (vinte centímetros) de largura, posicionadas junto às arestas verticais das faces, na altura média.

**Parágrafo Único.** Além da sinalização reflexiva, as referidas faces deverão conter número de identificação, nome e telefone da permissionária e telefone do setor de fiscalização competente do Executivo Municipal.

**Art. 134-C.** O tempo de retirada da caçamba disposta em via pública será de 72 (setenta e duas) horas a partir do momento em que esta estiver com a capacidade de carga completa.

**Art. 134-D.** Todos os materiais de construção a serem utilizados durante a realização de obras deverão ser armazenados exclusivamente dentro de lotes, sendo vedada a deposição de qualquer tipo ou quantidade de material de construção em calçada pública ou no leito de ruas, avenidas e afins.

**Parágrafo Único.** Quando não for possível o atendimento do disposto no *caput* deste artigo, o proprietário fica autorizado a realizar o armazenamento dos materiais de construção em via pública desde que os mesmos estejam acondicionados dentro de caçambas, devendo o posicionamento destas obedecer ao disposto no Art. 134-A."

**Art. 10.** O inciso V do Art. 152 passa a vigorar com a seguinte redação:

"V - Obstrução ou deposição de material de construção ou de entulhos em calçada pública e demais logradouros públicos sem a observância do disposto no § 1º do Art. 134-D: 30 UFM's, devendo a multa ser aplicada em dobro nas hipóteses de comprovada reincidência na infração;"

**Art. 11.** Fica incluído o inciso XI ao Art. 152, nos seguintes termos:

"XI – O descumprimento das determinações contidas nos artigos 134-A ao 134-C acarretará multa de 30 UFM's para o proprietário da obra, devendo a multa ser aplicada em dobro nas hipóteses de comprovada reincidência na infração."

**Art. 12.** O parágrafo 1º do Art. 152 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º. As regularizações de obras em andamento ou obras novas finalizadas nos últimos 05 (cinco) anos, contados a partir do ano de 2017, tendo como base a data de emissão da ART/RRT do projeto de regularização, provenientes da iniciativa do proprietário ou responsável técnico e que não foram motivadas por notificação, ficam sujeitas à multa de 2 UFM's/m² de área construída, desde que a obra se enquadre nas exigências legais da presente Lei Municipal."

**Art. 13.** Fica incluído o Art. 158-A à Lei Complementar nº 46, de 06 de dezembro de 2017, com a seguinte redação:

**"Art. 158-A.** Fica resguardado à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos o direito de realizar alterações nos Formulários Padrão do Anexo V com a finalidade de proporcionar seu correto funcionamento, bem como a emissão de Notas Técnicas com a finalidade de esclarecer qualquer dúvida pertinente à presente Lei Municipal."



Art. 14. Ficam incluídos e passam a fazer parte integrante da Lei Complementar nº 46, de 06 de dezembro de 2017, o Anexo IV – Formulários Padrão do Novo Código de Obras Municipal, o Anexo V – Mapa da Zona Central de Monte Carmelo e o Anexo VI – Croqui do Chanfrado.

Art. 15. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei Complementar entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação oficial.

Monte Carmelo/MG, 08 de maio de 2019.

SAULO FALEIROS CARDOSO  
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA  
Procuradora Geral do Município

## ANEXO IV – DOS FORMULÁRIOS PADRÃO

FORMULÁRIO PADRÃO 01 LAUDO TÉCNICO DE SITUAÇÃO DE INÓVEL EXISTENTE REVISÃO 00	
01 - QUALIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
NOME/RAÇA SOCIAL:	Nº:
ENDERÇO:	Nº:
Bairro:	CEP:
CPF/CNPJ Nº:	TELEFONE:
O PETICIONÁRIO ACIMA QUALIFICADO, VEM POR RESPEITAMENTO À PRESENÇA DE VISTA EXCELENTE APRESENTAR O PRESENTE LAUDO E ADARER ESTE REQUERER A LIBERAÇÃO DO ALVARÁ PARA CONSTRUÇÃO, TENDO COMO BASE O DISPOSTO NO §1º DO ARTIGO 16 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 46 DE 06/12/2017.	
1 - SITUAÇÃO DA OBRA/EDIFICAÇÃO:	
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
2 - FIM À QUE SE DESTINA:	
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
3 - QUALIFICAÇÃO DO TERRENO:	
ÁREA DO TERRENO:.....	SITUAÇÃO DO TERRENO:.....
NÚMERO DO TERRENO:.....	LAJOURA TESTADA PRINCIPAL:.....
NÚMERO DA MATRÍCULA:.....	NÚMERO DA INSCRIÇÃO CADASTRAL:.....
4 - ENDEREÇO DA OBRA/EDIFICAÇÃO EXISTENTE:	
RUA/AVENIDA:.....	Nº:.....
Bairro:.....	CEP:.....
5 - QUALIFICAÇÃO DA OBRA/EDIFICAÇÃO EXISTENTE:	
Nº DE PAVIMENTOS:.....	REVESTIMENTO EXTERNO:.....
FORNO:.....	COBERTURA:.....
INSTALAÇÃO SANITÁRIA:.....	INSTALAÇÃO ELÉTRICA:.....
ÁREA A CONSTRUIR TOTAL:.....	ÁREA A CONSTRUIR PAR:.....
ÁREA A CONSTRUIR PAR:.....	ÁREA A CONSTRUIR PAR:.....
TAXA DE OCUPAÇÃO:.....	TAXA DE PERMEABILIDADE:.....
ÁREA RESTANTE:.....	ESPECIFICAR USO:.....
6 - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:	
RESPONSÁVEL TÉCNICO:.....	CREA/CAU:.....
NÚMERO ART/PERT:.....	NÚMERO ART/PERT:.....
7 - DELIBERAÇÃO DO PEDIDO:	
CONFORME EXPOSTO NO PRESENTE LAUDO TÉCNICO E TENDO EM VISTA A REDAÇÃO DADA PELO §1º DO ARTIGO 16 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 46 DE 06/12/2017 (CONSIDERADO ESTE PEDIDO ESTÁ).....	
8 - ASSESSORAMENTO:	
APPROVADO:.....	REPROVADO:.....
DATA:.....	

FORMULÁRIO PADRÃO 02 REQUERIMENTO PARA ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO - REVISÃO 02	
01 - QUALIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
NOME/RAÇA SOCIAL:	Nº:
ENDERÇO:	Nº:
Bairro:	CEP:
CPF/CNPJ Nº:	TELEFONE:
O PETICIONÁRIO ACIMA QUALIFICADO, VEM POR RESPEITAMENTO À PRESENÇA DE VISTA EXCELENTE REQUERER ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, CONFORME SEDE ADARER.	
1 - SITUAÇÃO DA OBRA/EDIFICAÇÃO:	
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
2 - FIM À QUE SE DESTINA:	
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
3 - QUALIFICAÇÃO DO TERRENO:	
ÁREA DO TERRENO:.....	SITUAÇÃO DO TERRENO:.....
NÚMERO DO TERRENO:.....	LAJOURA TESTADA PRINCIPAL:.....
NÚMERO DA MATRÍCULA:.....	NÚMERO DA INSCRIÇÃO CADASTRAL:.....
4 - ENDEREÇO DA OBRA/EDIFICAÇÃO EXISTENTE:	
RUA/AVENIDA:.....	Nº:.....
Bairro:.....	CEP:.....
5 - QUALIFICAÇÃO DA OBRA/EDIFICAÇÃO EXISTENTE:	
Nº DE PAVIMENTOS:.....	REVESTIMENTO EXTERNO:.....
FORNO:.....	COBERTURA:.....
INSTALAÇÃO SANITÁRIA:.....	INSTALAÇÃO ELÉTRICA:.....
ÁREA A CONSTRUIR TOTAL:.....	ÁREA A CONSTRUIR PAR:.....
ÁREA A CONSTRUIR PAR:.....	ÁREA A CONSTRUIR PAR:.....
TAXA DE OCUPAÇÃO:.....	TAXA DE PERMEABILIDADE:.....
ÁREA RESTANTE:.....	ESPECIFICAR USO:.....
6 - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:	
RESPONSÁVEL TÉCNICO:.....	CREA/CAU:.....
NÚMERO ART/PERT:.....	NÚMERO ART/PERT:.....
7 - DELIBERAÇÃO DO PEDIDO:	
CONFORME EXPOSTO NO PRESENTE LAUDO TÉCNICO E TENDO EM VISTA A REDAÇÃO DADA PELO §1º DO ARTIGO 16 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 46 DE 06/12/2017 (CONSIDERADO ESTE PEDIDO ESTÁ).....	
8 - ASSESSORAMENTO:	
APPROVADO:.....	REPROVADO:.....
DATA:.....	

FORMULÁRIO PADRÃO 03 REQUERIMENTO PARA ALVARÁ DE REGULARIZAÇÃO DE OBRA E/OU EDIFICAÇÃO EXISTENTE - REVISÃO 01	
01 - QUALIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
NOME/RAÇA SOCIAL:	Nº:
ENDERÇO:	Nº:
Bairro:	CEP:
CPF/CNPJ Nº:	TELEFONE:
O PETICIONÁRIO ACIMA QUALIFICADO, VEM POR RESPEITAMENTO À PRESENÇA DE VISTA EXCELENTE REQUERER ALVARÁ DE REGULARIZAÇÃO DE OBRA/EDIFICAÇÃO EXISTENTE, CONFORME SEDE ADARER.	
1 - SITUAÇÃO DA OBRA/EDIFICAÇÃO:	
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
2 - FIM À QUE SE DESTINA:	
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
3 - QUALIFICAÇÃO DO TERRENO:	
ÁREA DO TERRENO:.....	SITUAÇÃO DO TERRENO:.....
NÚMERO DO TERRENO:.....	LAJOURA TESTADA PRINCIPAL:.....
NÚMERO DA MATRÍCULA:.....	NÚMERO DA INSCRIÇÃO CADASTRAL:.....
4 - ENDEREÇO DA OBRA/EDIFICAÇÃO EXISTENTE:	
RUA/AVENIDA:.....	Nº:.....
Bairro:.....	CEP:.....
5 - QUALIFICAÇÃO DA OBRA/EDIFICAÇÃO EXISTENTE:	
Nº DE PAVIMENTOS:.....	REVESTIMENTO EXTERNO:.....
FORNO:.....	COBERTURA:.....
INSTALAÇÃO SANITÁRIA:.....	INSTALAÇÃO ELÉTRICA:.....
ÁREA A CONSTRUIR TOTAL:.....	ÁREA A CONSTRUIR PAR:.....
ÁREA A CONSTRUIR PAR:.....	ÁREA A CONSTRUIR PAR:.....
TAXA DE OCUPAÇÃO:.....	TAXA DE PERMEABILIDADE:.....
ÁREA RESTANTE:.....	ESPECIFICAR USO:.....
6 - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:	
RESPONSÁVEL TÉCNICO:.....	CREA/CAU:.....
NÚMERO ART/PERT:.....	NÚMERO ART/PERT:.....
7 - DELIBERAÇÃO DO PEDIDO:	
CONFORME EXPOSTO NO PRESENTE LAUDO TÉCNICO E TENDO EM VISTA A REDAÇÃO DADA PELO §1º DO ARTIGO 16 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 46 DE 06/12/2017 (CONSIDERADO ESTE PEDIDO ESTÁ).....	
8 - ASSESSORAMENTO:	
APPROVADO:.....	REPROVADO:.....
DATA:.....	

FORMULÁRIO PADRÃO 04 REQUERIMENTO PARA ALVARÁ DE REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO - REVISÃO 02	
01 - QUALIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
NOME/RAÇA SOCIAL:	Nº:
ENDERÇO:	Nº:
Bairro:	CEP:
CPF/CNPJ Nº:	TELEFONE:
O PETICIONÁRIO ACIMA QUALIFICADO, VEM POR RESPEITAMENTO À PRESENÇA DE VISTA EXCELENTE REQUERER ALVARÁ DE REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO, CONFORME SEDE ADARER.	
1 - SITUAÇÃO DA OBRA/EDIFICAÇÃO:	
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
2 - FIM À QUE SE DESTINA:	
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
RECONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO, SALAS E SÍTIO).....	ESPECIFIQUE:
3 - QUALIFICAÇÃO DO TERRENO:	
ÁREA DO TERRENO:.....	SITUAÇÃO DO TERRENO:.....
NÚMERO DO TERRENO:.....	LAJOURA TESTADA PRINCIPAL:.....
NÚMERO DA MATRÍCULA:.....	NÚMERO DA INSCRIÇÃO CADASTRAL:.....
4 - ENDEREÇO DA OBRA/EDIFICAÇÃO EXISTENTE:	
RUA/AVENIDA:.....	Nº:.....
Bairro:.....	CEP:.....
5 - QUALIFICAÇÃO DA OBRA/EDIFICAÇÃO EXISTENTE:	
Nº DE PAVIMENTOS:.....	REVESTIMENTO EXTERNO:.....
FORNO:.....	COBERTURA:.....
INSTALAÇÃO SANITÁRIA:.....	INSTALAÇÃO ELÉTRICA:.....
ÁREA A CONSTRUIR TOTAL:.....	ÁREA A CONSTRUIR PAR:.....
ÁREA A CONSTRUIR PAR:.....	ÁREA A CONSTRUIR PAR:.....
TAXA DE OCUPAÇÃO:.....	TAXA DE PERMEABILIDADE:.....
ÁREA RESTANTE:.....	ESPECIFICAR USO:.....
6 - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:	
RESPONSÁVEL TÉCNICO:.....	CREA/CAU:.....
NÚMERO ART/PERT:.....	NÚMERO ART/PERT:.....
7 - DELIBERAÇÃO DO PEDIDO:	
CONFORME EXPOSTO NO PRESENTE LAUDO TÉCNICO E TENDO EM VISTA A REDAÇÃO DADA PELO §1º DO ARTIGO 16 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 46 DE 06/12/2017 (CONSIDERADO ESTE PEDIDO ESTÁ).....	
8 - ASSESSORAMENTO:	
APPROVADO:.....	REPROVADO:.....
DATA:.....	

FORMULÁRIO PADRÃO 05 REQUERIMENTO PARA ALVARÁ DE DEMOLIÇÃO - REVISÃO 01	
01 - QUALIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
NOME/RAÇA SOCIAL:	Nº:
ENDERÇO:	Nº:
Bairro:	CEP:
CPF/CNPJ Nº:	TELEFONE:
O PETICIONÁRIO ACIMA QUALIFICADO, VEM POR RESPEITAMENTO À PRESENÇA DE VISTA EXCELENTE REQUERER ALVARÁ DE DEMOLIÇÃO, CONFORME SEDE ADARER.	
1 - QUALIFICAÇÃO DO REQUERENTE:	
DEMOLIÇÃO PARA LIMPEZA DE SÍTIO.....	DEMOLIÇÃO COMPLETA PARA FIM DE SÍTIO.....
DEMOLIÇÃO PARA REFORMA.....	DEMOLIÇÃO PARA CONSTRUÇÃO NOVA.....
2 - FIM À QUE SE DESTINA:	
RESIDENCIAL (TERRENO, SÍTIO E ETC).....	ESPECIFIQUE:
COMERCIAL (SÍTIO, SALAS E ETC).....	ESPECIFIQUE:
EDUCACIONAL (SÍTIO, SALAS E ETC).....	ESPECIFIQUE:
RELIGIOSO/PLANTIO (TERRENO E ETC).....	ESPECIFIQUE:
3 - QUALIFICAÇÃO DO TERRENO:	
ÁREA DO TERRENO:.....	QUADRA:.....
TESTADA:.....	LOTE:.....
4 - ENDEREÇO DA DEMOLIÇÃO:	
RUA/AVENIDA:.....	Nº:.....
Bairro:.....	CEP:.....
5 - QUALIFICAÇÃO DA DEMOLIÇÃO:	
Nº DE PAVIMENTOS:.....	PARQUES:.....
INSCRIÇÃO CADASTRAL:.....	COBERTURA:.....
MATRÍCULA:.....	FISCO:.....
ÁREA A DEMOLIR:.....	INSTALAÇÃO SANITÁRIA:.....
6 - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:	
RESPONSÁVEL TÉCNICO:.....	CREA/CAU:.....
NÚMERO ART/PERT:.....	NÚMERO ART/PERT:.....
7 - DELIBERAÇÃO DO PEDIDO:	
CONFORME EXPOSTO NO PRESENTE LAUDO TÉCNICO E TENDO EM VISTA A REDAÇÃO DADA PELO §1º DO ARTIGO 16 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 46 DE 06/12/2017 (CONSIDERADO ESTE PEDIDO ESTÁ).....	
8 - ASSESSORAMENTO:	
APPROVADO:.....	REPROVADO:.....
DATA:.....	

FORMULÁRIO PADRÃO 06 REQUERIMENTO PARA ALVARÁ DE HABITE-SE (RESIDENCIAL) ALVARÁ DE OCUPAÇÃO (COMERCIAL) - REVISÃO 01	
O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO DE MONTE CARMELO-MG	
PORTADOR(A) DO CPF/CNPJ INSCRITO SOB O Nº:.....	
, ABaixo Assinado, HAVENDO REQUERIDO ALVARÁ PARA CONSTRUÇÃO DE Nº:.....	
DE OBRA LOCALIZADA NO ENDEREÇO:.....	
Nº:.....	QUADRA:.....
LOTE:.....	Bairro:.....
Nesta cidade, vem COMEÇAR A VISTA EXCELENTE, JUNTAMENTE COM O CONSTRUTOR RESPONSÁVEL, O TERMO DA REFEITA CONSTRUÇÃO, SOLICITANDO, APÓS VISTORIA PELO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS, QUE LHE SEJA CONCEDIDO O NECESSÁRIO ALVARÁ DE HABITE-SE, SEM COMO A INCLUSÃO DO IMÓVEL NO SETOR DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO DO SERVIÇO DA FAZENDA DESTA MUNICIPALIDADE PARA EFEITOS TRIBUTÁRIOS LEGAIS.	
DATA DE CONCLUSÃO DA OBRA:.....	
CADASTRO IMOBILIÁRIO:.....	
MATRÍCULA:.....	
LIVRO:.....	
ÁREA DO TERRENO:.....	ÁREA DEMOLIDA:.....
ÁREA CONSTRUÍDA PAR:.....	ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL:.....
ÁREA CONSTRUÍDA PAR:.....	ÁREA PERMEÁVEL:.....
TAXA DE OCUPAÇÃO:.....	TAXA DE PERMEABILIDADE:.....
ÁREA RESTANTE:.....	ESPECIFICAR USO:.....
PRESENCIAMENTO INSCRITO - VERIFICAÇÃO ÁREA	
OBRA OBJETO DE FINANCIAMENTO (AQUISIÇÃO/CONSTRUÇÃO) PMCM:.....	
VALOR DA OBRA:.....	
PADRÃO DE CONSTRUÇÃO CONFORME SINDICATO-MG:.....	
Nestes termos, pede deferimento	
MONTE CARMELO - MG,.....	
ASSINATURAS	CARIMBOS
DATA:.....	
PROPRIETÁRIO	
RESPONSÁVEL TÉCNICO	
SETOR DE IPTU	
FISCAL DO IMOB	
FISCAL DO ISSQN	
FISCAL DA PREFEITURA	

FORMULÁRIO PADRÃO 07 PROCURAÇÃO	
AUTORANTE 1:.....	
PORTADOR(A) DO CPF/CNPJ Nº:.....	PORTADOR(A) DO RG Nº:.....
RESIDENTE E DOMICILIADO À:.....	NÚMERO:.....
COMPLEMENTO:.....	CEP:.....
CIDADE:.....	
AUTORANTE 2:.....	
PORTADOR(A) DO CPF/CNPJ Nº:.....	PORTADOR(A) DO RG Nº:.....
RESIDENTE E DOMICILIADO À:.....	NÚMERO:.....
COMPLEMENTO:.....	CEP:.....
CIDADE:.....	
AUTORADO:.....	
PORTADOR(A) DO CPF/CNPJ Nº:.....	PORTADOR(A) DO RG Nº:.....
RESIDENTE E DOMICILIADO À:.....	NÚMERO:.....
COMPLEMENTO:.....	CEP:.....
CIDADE:.....	
OUTORGUE NESTE INSTRUMENTO PODERES PARA REPRESENTAR (S) OUTORGANTE(S) JUNTO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DA CIDADE DE MONTE CARMELO/MG, PERANTE QUALQUER REPARTIÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, ENTIDADES AUTÔNOMAS, SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, EMPRESAS PÚBLICAS, EM ESPECIAL IMAR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E CARGO - COMISSÃO LEGISLATIVA DE MONTE CARMELO, ENTRE PRA REPRESENTAÇÃO(S) EM QUALQUER MEDIDA QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS PARA REGISTRO, MODIFICAÇÃO E/OU CANCELAMENTO DE PRONTO DE CONSTRUÇÃO CIVIL, USANDO DE TODOS OS PODERES QUE O CABAL DESEMPENHO DO PRESENTE MANDATO PARA TRATAR SOBRE O(S) IMÓVEL(S) DE:.....	
MATRÍCULA(S) Nº:.....	
MONTE CARMELO - MG,.....	
OUTORGANTE 1:.....	
CPF Nº: 00000000-00	
NÃO À OUTORGANTE 2	
NÃO À OUTORGANTE 2	
NÃO À OUTORGANTE 2	
OUTORGADO:.....	
CPF Nº: 00000000-00	
ESPAÇO RESERVADO AO CARTÓRIO PARA RECONHECIMENTO DE FIRMA	
ESPAÇO RESERVADO AO CARTÓRIO PARA RECONHECIMENTO DE FIRMA	
ESPAÇO RESERVADO AO CARTÓRIO PARA RECONHECIMENTO DE FIRMA	